



EXERCÍCIOS



1) (CESPE – 2019) Conforme jurisprudência do STJ, a instauração de processo administrativo disciplinar com base unicamente em denúncia anônima é viável, desde que tenha sido realizado previamente procedimento investigatório.

C EXERCÍCIOS

2) (CESPE – 2018) É cabível penalidade de suspensão ao servidor que reincidir em faltas punidas com advertência.



C EXERCÍCIOS



3) (CESPE – 2018) A ação disciplinar contra servidor que cometa ato ilícito punível com suspensão prescreverá em dois anos contados da data em que o fato se tornou conhecido; todavia, se tal ato ilícito também configurar crime, então se aplicará o prazo prescricional da lei penal para a ação disciplinar.

ADU - 180 DIAS

SUSP - 2 ANOS

D/C/D - 5 ANOS

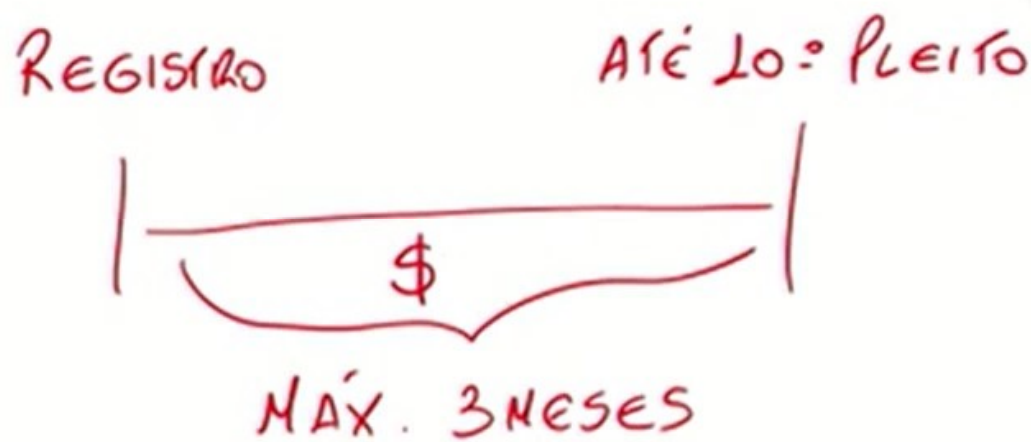
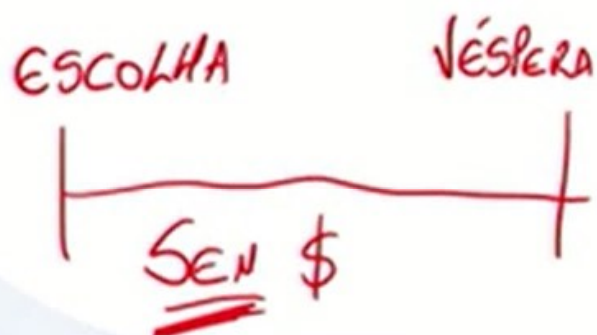
E EXERCÍCIOS

4) (CESPE – 2018) É vedado ao servidor público aposentado o retorno ao serviço público a pedido, somente sendo possível a reversão por insubsistência dos motivos da aposentadoria por invalidez.

↳ APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

EXERCÍCIOS

5) (CESPE – 2018) Segundo a Lei n.º 8.112/1990, o servidor público que deseje candidatar-se a um cargo eletivo terá direito a licença com remuneração, durante o período entre a sua escolha em convenção partidária como candidato e a véspera do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral.



C EXERCÍCIOS



6) (CESPE – 2018) No caso de processo disciplinar, a autoridade julgadora deverá proferir sua decisão a respeito da responsabilidade de servidor no prazo de vinte dias, contados do recebimento do processo.

EXERCÍCIOS

7) (CESPE – 2018) Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens: indenizações, gratificações e adicionais, incorporando-se as duas últimas ao vencimento ou provento, nas condições indicadas em lei.

V { I → NUNCA
G }
A } INCORPORAR ⇒ LEI

E

EXERCÍCIOS



8) (CESPE – 2018) A investidura em cargo público ocorre com a nomeação devidamente publicada em diário oficial.

~~nomeação~~
POSSE

C EXERCÍCIOS

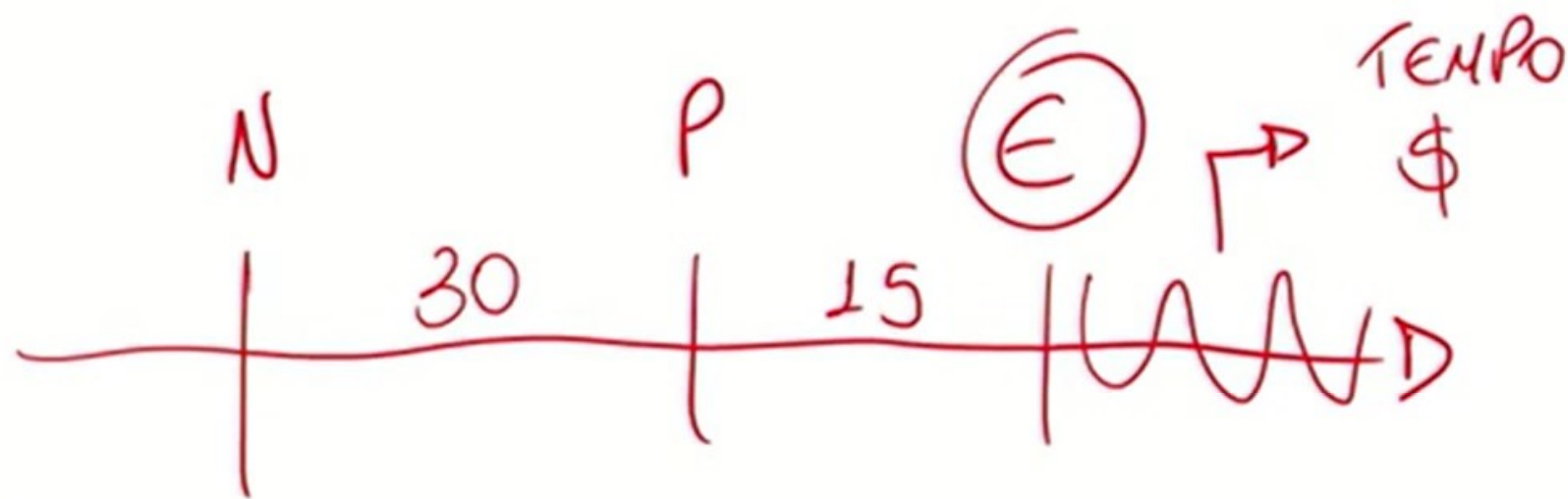
9) (CESPE – 2018) Apesar de as instâncias administrativa e penal serem independentes entre si, a eventual responsabilidade administrativa do servidor será afastada se, na esfera criminal, ele for beneficiado por absolvição que negue a existência do fato ou a sua autoria.

E EXERCÍCIOS



10) (CESPE – 2018) O estágio probatório inicia-se na data da ~~posse~~ do agente público, findando-se com o término do prazo de três anos.

EXERCÍCIO



EXERCÍCIOS



11) (CESPE – 2017) **Situação hipotética:** Em 2015, Mateus, servidor público, na presença de vários outros servidores, insubordinou-se gravemente em serviço. **Assertiva:** Nessa situação, Mateus poderá ser demitido do serviço público e a ação disciplinar relativa a esse fato prescreverá em 2020; no entanto, a instauração de processo disciplinar interromperá a prescrição daquela ação até a decisão final a ser proferida pela autoridade competente.

EXERCÍCIOS



12) (CESPE – 2017) Não há vedação para que servidor público que esteja em gozo de licença para tratar de interesse particular participe da gerência ou administração de sociedade privada.

1) EXERCÍCIOS

S → 3º → U



13) (FCC – 2019) Os servidores públicos estatutários podem ser responsabilizados, considerando o disposto na Lei nº 8.112/1990,

A) em âmbito civil, de forma solidária e em conjunto com a União, sob a modalidade objetiva.

B) em âmbito civil, administrativo e penal, sendo causa de exclusão de responsabilidade a absolvição na última esfera.

C) em todas as esferas, ou seja, penal, civil e administrativa, desde que ajam com dolo. CULPA

D) civilmente, em caso de culpa ou dolo, podendo ser acionados pela União em caráter regressivo.

E) civil e administrativamente, desde que atuem com dolo. CULPA

EXERCÍCIOS

- 14) (FCC – 2019) Acerca do regime jurídico aplicável aos cargos públicos, a Constituição Federal e a Lei nº 8.112/1990 dispõem que
- A) apenas nos cargos públicos reservados aos brasileiros natos pode ser recusada a investidura aos estrangeiros.
- ~~B)~~ somente os servidores titulares de cargo efetivo podem exercer funções de confiança.
- C) a aptidão física e mental deve ser apurada antes da nomeação para o cargo.
- D) a readaptação é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- E) a investidura de servidor em cargo de natureza eletiva ~~sempre~~ impõe o seu afastamento do cargo efetivo de que é titular.

POSSE

REINTEGRAÇÃO

V+C

EXERCÍCIOS



15) (FCC – 2018) Considere que hipoteticamente a autarquia federal Y entendeu por bem realizar concurso público para provimento de cargos públicos vagos previstos em sua estrutura organizacional, estabelecendo no edital que nos três primeiros anos de exercício os investidos nos cargos públicos correlatos não perceberiam vencimentos. A previsão estabelecida no edital, nos termos da Lei no 8.112/1990,

A) é ~~válida~~, pois, dada a conjuntura econômica do país, se faz permitida a prestação de serviços federais gratuitos.

B) é ~~válida~~, pois durante o estágio probatório, que coincide com os três primeiros anos de exercício, os servidores não percebem vencimentos, mas indenização e ajuda de custos.

EXERCÍCIOS



C) é nula, pois os cargos públicos são criados por lei com vencimentos pagos pelos cofres públicos, não havendo que se falar na prestação de serviços gratuitos nesta hipótese.

D) é nula, pois a prestação de serviços gratuitos à União encontra limite temporal de ~~dois~~ anos, no máximo.

E) é ~~válida~~, em razão de se tratar de concurso para provimento de cargo da Administração pública federal indireta, hipótese em que, desde que haja previsão em edital, é permitida a prestação de serviços gratuitos por período a ser acordado entre as partes.

EXERCÍCIOS



16) (FCC – 2018) Considere hipoteticamente que José, servidor público federal estável, cujo vínculo é regido pela Lei nº 8.112/1990, tenha sido demitido após regular processo administrativo. Inconformado com a decisão, apresentou recurso administrativo, que foi desprovido. Recorreu ao Poder Judiciário pleiteando a anulação do referido ato demissório. Na ação judicial obteve êxito, tendo o judiciário anulado o ato administrativo de demissão. Intimada para dar cumprimento à decisão judicial, a autoridade administrativa federal competente A) poderá reinvesti-lo no cargo anteriormente ocupado ou em outro de natureza ~~diversa~~, que esteja vago, decisão de ~~cunho discricionário~~, que deve levar em conta a necessidade do serviço público. +

REINTEGRADO

EXERCÍCIOS

Pressione [Esc] para sair do modo tela cheia



Estratégia
Concursos

B) deverá, por ato de reintegração, reinvesti-lo no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, com ressarcimento de todas as vantagens.

C) deverá reinvesti-lo no cargo anteriormente ocupado, se este estiver vago, ou em outro de mesma natureza ou não, na hipótese de o cargo ter sido provido.

D) deverá reinvesti-lo no cargo anteriormente ocupado, mesmo que tenha sido extinto, uma vez que a anulação da demissão torna a extinção inexistente.

E) deverá, por ato de reintegração, reinvesti-lo no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie.

A EXERCÍCIOS

EFEETIVO



Estratégia
Concursos

17) (FCC – 2018) Suponha que determinado servidor público federal tenha solicitado licença para tratar de interesses particulares, a qual, contudo, restou negada pela Administração. Entre os possíveis motivos legalmente previstos para negativa nos termos disciplinados pela Lei nº 8.112/1990, se insere(m):

- I. Estar o servidor no curso de estágio probatório.
- II. Ser o servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.
- III. Razões de conveniência da Administração.

Está correto o que se afirma em

- ~~A) I, II e III.~~
- B) II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I e II, apenas.

EXERCÍCIOS

18) (FCC – 2018) Sobre provimento e deslocamento de cargo público, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Reintegração é o retorno do servidor estável ao cargo que ocupava e do qual foi ilegalmente desligado. ✓
- ~~B) Readaptação~~ ^{REVERSÃO} é o retorno do servidor inativo à atividade quando for constatada por perícia médica a insubsistência dos motivos da aposentadoria.
- C) Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo que ocupava por inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo público para o qual foi nomeado. ✓
- D) Aproveitamento é o retorno de servidor estável, que se encontrava em disponibilidade, ao mesmo cargo que ocupava ou equivalente em atribuições e vencimentos. ✓
- E) Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, vago ou ocupado, para outro órgão ou ente vinculado a um mesmo Poder.



EXERCÍCIOS



19) (FCC – 2018) A Lei no 8.112/1990 estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos

A) Civis e Militares da União e de suas autarquias, excluídas as de regime especial, e das fundações, públicas, federais e privadas.

B) Federais, da Administração pública direta, não abrangendo os servidores públicos da Administração indireta, mesmo que autárquica.

C) Civis e Militares da União, das autarquias, inclusive as de regime especial, e das fundações públicas federais.

~~D) Civis da União, das autarquias, inclusive as de regime especial, e das fundações públicas federais.~~

E) Federais, da Administração pública direta e indireta, abrangendo os empregados das empresas estatais e fundações públicas.

C EXERCÍCIOS

20) (FCC – 2017) No que se refere à prescrição no âmbito da ação disciplinar, a Lei nº 8.112/1990 estabelece que

A) o prazo prescricional começa a correr da data da ocorrência do fato. **CONHECIMENTO**

B) a abertura de sindicância ~~não~~ interrompe a prescrição.

~~C)~~ a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

D) infrações puníveis com demissão são imprescritíveis. **5 ANOS**

E) prescreve em 2 anos a ação disciplinar quanto às infrações puníveis com suspensão e advertência.

↳ 180 DIAS